

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE AVALIAÇÃO NORMATIZADO PELA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR, COM FOCO NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Joaquim Rodrigues Ribeiro*
Márcio Gomes dos Santos**
Moacir Gonçalves de Souza***
Reinaldo Barbosa de Oliveira****
Maria das Graças Mota Mourão*****

Resumo: O estudo analisou a percepção dos professores em relação ao sistema de avaliação normatizado pela Academia da Polícia Militar (PM), centrado na avaliação da aprendizagem, visando compreender características inovadoras e entraves do processo. Trata-se de estudo de caso constituído por 8 docentes da 103ª Companhia de Ensino e Treinamento do 10º Batalhão da PM de Minas Gerais, em Montes Claros. Na coleta de dados, aplicou-se entrevista semi-estruturada. Os docentes reconhecem a avaliação da aprendizagem como essencial no processo educativo e a desenvolvem de forma tradicional, enquanto poucos discordam da supervalorização dos exames em detrimento dos aspectos formativos. A maioria diz que a flexibilidade das normas possibilitaria a autonomia na tomada das decisões para melhorar a aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Ensino. Polícia Militar. Professores.

* Especialista em Educação no ensino Básico e Superior; Professor da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais; Rua Diabase, n. 320, Bairro Prado, 30410-440, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; joaquimribeiro@gmail.com

** Especialista em Educação no ensino Básico e Superior; Professor da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais; Rua Diabase, n. 320, Bairro Prado, 30410-440, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; márcio.souza@ig.com.br

*** Especialista em Educação no ensino Básico e Superior; Professor da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais; Rua Diabase, n. 320, Bairro Prado, 30410-440, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; moacir3sgt@ig.com.br

**** Especialista em Educação no ensino Básico e Superior; Professor da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais; Rua Diabase, n. 320, Bairro Prado, 30410-440, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; reinaldo.oliver1@gmail.com

***** Professora Doutora do Departamento de Educação da Unimontes; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gepeds; Av. Rui Braga, s/n – Vila Mauriceia, Montes Claros, 39400-001, Minas Gerais, Brasil; nenamourao@gmail.com

Teacher's perception in relation to the evaluation system standardized by the Academy of Military Police, centered on the assessment of learning

Abstract: *The study analyzed the perceptions of teachers in relation to the evaluation system standardized by the Academy of Military Police (MP), centered on the assessment of learning, aiming to understand innovative features and obstacles in the process. This is a case study consisting of 8 teachers from 103rd Air Education and Training Company of the 10th Battalion of the Military Police of Minas Gerais, in Montes Claros. In the data collection was applied semi-structured interview. Teachers recognize learning assessment as essential to the educational process and develop the traditional way, while a few disagree with the overvaluation of the exams at the expense of formative aspects. Most say that the flexibility of standards would enable autonomy in decision making to enhance learning.*

Keywords: *Assessment of learning. Education. Teachers. Military Police.*

1 INTRODUÇÃO

Nas academias de polícia, para a formação dos futuros policiais, estes são submetidos a várias disciplinas designadas, além de diversas atividades multidisciplinares, que visam ao desenvolvimento das competências profissionais por meio da integração de teoria e prática. Nessa perspectiva, o Ensino de Polícia Militar (EPM) tem por finalidade qualificar o policial militar para melhor prestação de serviço e ascensão na carreira. A avaliação do ensino e aprendizagem, nos diversos cursos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais é sistematizada pelo Regimento da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais (RAPM), além de outras normas acerca do assunto, a qual estabelece medidas padronizadas para que o docente elabore a sua avaliação da aprendizagem, o que motivou a presente pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram professores militares da corporação, atuantes na Centésima Terceira Companhia de Ensino e Treinamento (103^a Cia. de ET), responsável pela formação da maioria dos militares estaduais do Norte de Minas, ingressos no Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP) (formação de novos soldados) e Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS). O estudo buscou analisar a percepção dos professores em relação ao sistema de avaliação normatizado pela

Academia da Polícia Militar (APM), com foco na avaliação da aprendizagem, visando compreender as características inovadoras e os entraves do processo.

Os estudos contemporâneos acerca da avaliação estabelecem que esta deve ocorrer em um processo contínuo e não almeja ao resultado final, estático e mensurável, ao contrário, valoriza o processo criativo, imaginativo e serve de balizador pelo qual transitam alunos e professores, isto é, local em que ocorre a troca de conhecimentos/saberes mútuos.

Nesse sentido, é importante que se considere o papel do avaliador ativo no processo de aprendizagem do estudante. Para Hoffmann (2003, p. 223), o avaliador “[...] transforma-se no partícipe do sucesso ou do fracasso dos alunos, uma vez que os percursos individuais serão mais ou menos favorecidos a partir de suas decisões pedagógicas.” A autora deixa claro que professores e escolas devem se preparar para ajustar propostas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos alunos, independente de seus ritmos, seus interesses e/ou singularidades.

Assim, discutir a forma imposta aos docentes, pelas normas internas da Polícia Militar de Minas Gerais, nos diversos cursos, constitui caminho fértil para análise e possível redirecionamento do próprio projeto pedagógico vivenciado pela Instituição, considerando que a avaliação da aprendizagem é um processo que tem como finalidade primordial mensurar o alcance dos objetivos educacionais, a partir da verificação da aquisição das competências necessárias ao exercício do cargo. Nessa mesma direção, Haydt (1988, p. 14) afirma que a avaliação atual assume “[...] novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos.” Contrapondo o caráter seletivo, pois “[...] era vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série pra outra ou de um grau para outro.” (HAYDT, 1988, p. 14).

Baseado nos principais estudiosos, tem-se que a principal finalidade da avaliação seria a melhoria da realidade educacional, visando à progressão dos alunos na aprendizagem e em seus relacionamentos. Provas e testes devem ser instrumentos didáticos estimuladores do desempenho dos alunos, por meio dos quais a aprendizagem ganha visibilidade. Sua elaboração para uso em sala de aula deve se orientar por critérios pedagógicos da avaliação da aprendizagem escolar que lhes garantam funcionalidade e eficiência.

O exposto retrata a relevância do professor no processo avaliativo, competindo a ele a recolha de dados, a análise comparativa com os objetivos previstos e a atuação a partir dos resultados. As informações obtidas subsidiarão as decisões futuras sobre o processo de ensino e aprendizagem. Entende-se, portanto, que a inflexibili-

dade e a rigidez das normas no momento da definição e elaboração dos instrumentos avaliativos podem refletir um resultado não desejado pelas instituições (DIAS SOBRINHO, 2005).

2 AS NORMAS INTERNAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DA PMMG

O processo avaliativo escolar envolve muitas regras e normas utilizadas para medir o desenvolvimento dos alunos nos mais variados cursos e níveis escolares do nosso país. Assim, para mensurar o nível de aprendizado de cada aluno, faz-se necessário ter parâmetros e regras claras a serem seguidas. Não muito diferente de outras instituições escolares, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), sempre buscando inovar seu processo de seleção, inclusão e aperfeiçoamento de novos militares, produziu vários documentos internos e normativos que norteiam os cursos a serem desenvolvidos nos mais variados níveis como: inclusão, graduação, de pesquisa e extensão. Entre algumas normas que regem a educação na PMMG, pode-se citar a Resolução n. 4.210, de 23 de abril de 2012, que assevera:

Art. 1º A Educação de Polícia Militar (EPM) é um processo formativo, de essência específica e profissionalizante, desenvolvido de forma integrada pelo ensino, treinamento, pesquisa e extensão, permitindo ao militar adquirir competências para as atividades de polícia ostensiva de preservação da ordem pública. (MINAS GERAIS, 2012b).

O documento abrange todos os aspectos do processo formativo a serem seguidos na Corporação e encontra-se de acordo com o que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional de 1996 (LDBEN). Dessa forma, a educação na polícia militar é pautada no respeito à vida e à dignidade da pessoa humana, na garantia dos direitos e das liberdades fundamentais e nos princípios ético-profissionais.

A excelência na prestação de serviço público que a PMMG tanto busca inicia-se nos seus vários cursos de formação profissional. O policial militar, seja ele iniciante na instituição ou já atuante no desempenho de suas funções, ou que esteja fazendo um curso para ascensão em sua carreira, para a conclusão, passa por um processo avaliativo que visa retratar o nível de assimilação das matérias e como esse aluno está envolvido com a cultura da organização militar estadual. Tais exames buscam mostrar, de forma quantitativa, a classificação obtida no decorrer do curso.

Assim, o EPM tem por finalidade o desenvolvimento e o preparo do militar para o exercício da profissão e, como parâmetros, os fundamentos institucionais de

disciplina e hierarquia, direitos humanos, polícia comunitária, gestão por resultados e identidade organizacional. Os princípios e fins do EPM são estabelecidos no Art. 5º do Regimento da APM, *in verbis*:

Art. 5º A EPM fundamenta-se em:
I – integração à educação nacional;
II – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
III – valorização da cultura institucional;
IV – profissionalização, obedecendo a processo gradual de formação continuada, constantemente aperfeiçoado;
V – garantia do padrão de qualidade;
VI – qualificação profissional de base humanística, filosófica, científica e estratégica, para permitir o acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o relacionamento com a sociedade e a atualização constante da doutrina policial militar;
VII – vinculação da educação com o trabalho policial e as práticas sociais;
VIII – valorização da experiência e/ou conhecimento anterior;
IX – valorização dos profissionais de educação. (MINAS GERAIS, 2010).

Dessa forma, em conformidade com o Art. 162 do RAPM, o processo de avaliação do EPM é holístico, permanente, integral e sistemático, embasado em método de cunho qualitativo e quantitativo, que visa mensurar o desenvolvimento das competências profissionais nos discentes e o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

Em relação à avaliação da aprendizagem, o Art. 164 do RAPM dispõe que nos cursos do EPM, exceto os de pós-graduação, nas disciplinas com carga horária até 60 h/a serão aplicados uma prova, no valor de 8 pontos, e um trabalho, no valor de 2 pontos; nas disciplinas com carga horária superior a 60 h/a, serão aplicadas 2 provas, no valor de 3 e 5 pontos, respectivamente, e um trabalho no valor de 2 pontos.

O corpo docente é constituído por professores civis e militares, formados nas diversas áreas do conhecimento, observada a titulação mínima exigida. Entretanto, quando da avaliação da aprendizagem, o docente fica adstrito a tal recomendação, não podendo promover mudanças significativas, sendo impedido de negociar com os discentes quaisquer outras formas de avaliar a aprendizagem.

Em meados de 2012, houve recentes mudanças na gestão educacional da PMMG, especificamente motivadas pelo Plano de Reestruturação do Modelo de Gestão da APM, que ensejaram atualizações e ajustes nas normas que regulam as atividades de educação profissional na corporação, afetando o processo de avaliação da aprendizagem. Em consonância com esse comando normativo, visando deixar o

processo educacional da PMMG igualitário e padronizado em todo o Estado, a APM expediu o Ofício Circular n. 02/04/2012, determinando o processo de formulação da avaliação dos diversos cursos em funcionamento na Instituição. O ofício institui que a avaliação escolar compreende tarefas complexas, que não se resumem ao preenchimento de questões das provas e a atribuição de notas aos discentes. É nesse momento que, além do conhecimento do conteúdo assimilado pelo discente, também se avalia a sua capacidade em desenvolver as competências necessárias ao desempenho de suas funções futuras.

O presente estudo centrou-se na percepção dos professores em relação a esse sistema de avaliação normatizado, em torno da seguinte orientação contida no Ofício Circular n. 02/04/2012 da APM:

- 1- Nas disciplinas com carga horária de até 60 horas-aulas, será aplicada uma prova no valor de 8 pontos e um trabalho no valor de 2 pontos;
 - 2- Nas disciplinas com carga horária acima de 60 horas, serão aplicadas duas provas, uma no valor de 3 pontos e outra no valor de 5 pontos, além do trabalho no valor de 2 pontos.
- [...]
- 6- A prova deverá conter, prioritariamente, questões objetivas. Caso o professor, justificadamente, necessite elaborar questões dissertativas, estas deverão apresentar critérios objetivos de correção e terão a distribuição dos pontos especificada no gabarito. (MINAS GERAIS, 2012a).

Dessa forma, a elaboração de questões dissertativas passou a ser a exceção, sendo adotadas como regra as questões objetivas, de modo que a correção terá que atingir a um parâmetro comum a todos os discentes, tornando igualitário o processo de obtenção de pontos da matéria estudada. Ainda, para orientar os professores na construção de questões objetivas, foi elaborada uma cartilha pela supervisão de ensino da APM. Entende-se que tais orientações beneficiam no aspecto técnico de elaboração de questões, mas pouco contribuem para a avaliação da aprendizagem do discente. O ofício determina que “[...] havendo necessidade que se façam questões dissertativas,” os critérios para a qualificação do resultado devem ser especificados (MINAS GERAIS, 2012). A questão do critério não vale somente para questões abertas, mas para todas as questões ou todos os conjuntos de questões, à medida que o ato de avaliar, propriamente dito, é a atribuição de qualidade à realidade avaliada e essa atribuição ocorre por comparação entre a realidade descrita e o critério de qualificação.

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM CONTEMPORÂNEA

É cediço que a forma de avaliação tradicional pode contribuir para o fracasso escolar e, muitas vezes, não determinam o grau de conhecimento do aluno, sendo necessário criar uma avaliação integrada ao processo de aprendizagem, modificar as práticas avaliativas para que ela seja contínua e verdadeiramente capaz de agir e regular a aprendizagem.

Entende-se que a avaliação se baseia no princípio da reflexão e no diálogo entre todos os sujeitos do processo. Nesse contexto, a avaliação cria oportunidades para repensar o processo educativo, reconduzindo a prática docente ao encontro e a favor da aprendizagem, atuando de forma mediadora (DEMO, 2005; HOFFMANN, 2006). Esse momento de repensar favorece o diagnóstico dos problemas presentes no processo, tornando-se essencial para a superação deles, desde que propiciem a derivação de novas ações (FREIRE, 2005; LUCKESI, 1999).

O que se utiliza para mensurar a educação da PMMG não é uma avaliação, e sim um exame. Luckesi (1999, p. 4) explica que o problema do exame consiste no fato de que “[...] os exames são seletivos ou excludentes. Porque classificatórios, excluem uma grande parte dos educandos.” Percebe-se, dessa forma, que a abordagem da avaliação tradicional utilizada é perversa e desvirtua o processo de ensino e aprendizagem, pois impossibilita o discente construir o conhecimento por meio de suas prévias concepções. Assim, a avaliação classificatória hierarquiza, seleciona e classifica os alunos e é comumente utilizada para reprimir e controlar a disciplina, revelando total ausência de reflexão sobre o desenvolvimento da aprendizagem e o significado da avaliação.

Por outro lado, estudiosos do tema atualmente elegem uma avaliação com características mais produtivas e humanas. Para isso, torna-se

[...] importante que os educadores em formação, e também os já formados, tenham a oportunidade de refletir, teoricamente, sobre formas avaliativas, e, nessa reflexão, construam, como estudantes, a compreensão do quanto é prejudicial a prática de exames que excluem e desmotivam. (FERNANDES; STRIEDER, 2011, p. 122).

Desse modo, o processo de formação dos alunos e as avaliações utilizadas nos cursos da PMMG refletirão diretamente na prestação de serviço à comunidade mineira, portanto, revestem-se de especial importância os parâmetros que são utilizados para avaliar a melhoria do ensino do policial militar. Logo, faz-se necessário focalizar a avaliação da aprendizagem como um processo contínuo de pesquisas que visa in-

interpretar conhecimentos, habilidades e atitudes dos discentes da PMMG, visando às mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é um estudo de caso que pretende retratar alguns elementos que evidenciam a percepção dos professores em relação ao sistema de avaliação normatizado pela APM, enfatizando a avaliação da aprendizagem. Para Lüdke e André (1986, p. 17):

[...] o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como das classes de alfabetização (CA) ou o do ensino noturno. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo.

Na visão dos autores, o grande valor do estudo de caso é fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada e que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas. Optou-se pela entrevista semiestruturada, que procura conciliar os objetivos de organizar a entrevista a partir do objeto de estudo e de conseguir uma expressão livre do entrevistado. Por um lado, procura-se que o entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objeto de estudo. A entrevista foi gravada e transcrita de forma fidedigna.

Os sujeitos investigados foram oito professores militares que atuam na Companhia de Ensino e Treinamento do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, localizado na cidade de Montes Claros, selecionados de forma aleatória. Para a realização da pesquisa, foi encaminhada aos responsáveis uma solicitação e também o Consentimento Livre e Esclarecido dos sujeitos para a sua participação no estudo, com o compromisso de se manter sigilo e confidencialidade.

Na análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2004), é um conjunto de técnicas que analisa as comunicações e que utiliza procedimentos sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens. Ela procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Os dados foram tabulados e organizados para em seguida, serem analisados e discutidos.

O presente projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros e aprovado sob Protocolo n. 054853/2013.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme Veiga e D'Ávila (2008, p. 13), no sentido etimológico, docência tem suas raízes no latim – *docere* – que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender. No sentido formal, docência é o trabalho dos professores. Na realidade, estes desempenham um conjunto de funções que ultrapassam as tarefas de ministrar aulas. As funções formativas convencionais como ter um bom conhecimento sobre a disciplina, sobre como explicá-la, tornaram-se mais complexas com o tempo e com o surgimento de novas condições de trabalho.

Do ponto de vista da Lei n. 9394/96, o Art. 13 estabelece várias incumbências para os professores, entre outras, participarem integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. Assim, ao docente incumbe especial importância no processo avaliativo, afinal, foi ele o responsável pela transmissão de conhecimentos aos alunos e pela apresentação de novas perspectivas que possibilitam o aprendizado, por conseguinte, é inconteste a sua relevante participação na avaliação dos conhecimentos ministrados.

Desse modo, retratam-se alguns elementos que evidenciam a percepção dos professores em relação ao sistema de avaliação normatizado pela APM, enfatizando a avaliação da aprendizagem. Os sujeitos investigados permitiram o levantamento das informações relevantes ao problema da pesquisa apresentado. O período de coleta de dados foi de 15 de março de 2013 a 31 de abril de 2013 e foi mantido o compromisso do sigilo e da confidencialidade; os professores foram codificados em: E1(entrevistado 1), E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8.

6 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO NORMATIZADO PELA APM NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Quando questionados acerca de avaliação da aprendizagem de seus alunos, a maioria dos professores concebe a avaliação como um processo de mensuração, conforme fragmentos a seguir:

E2: Consiste em mensurar o conteúdo de conhecimentos agregados por um aluno, é após o momento que ele passa por um curso de formação.

E3: É a mensuração do conhecimento obtido no processo ensino e aprendizagem na relação aluno e professor.

E5: [...] É acompanhar o desenvolvimento do aluno né, do estudante, verificar o que ele aprendeu e planejar ações futuras para sanar possíveis dificuldades.

E7: É o momento de verificação do desenvolvimento do aluno em relação ao conteúdo trabalhado em uma determinada disciplina.

E8: É o processo educacional que visa mensurar o grau de conhecimento adquirido pelo corpo discente. (informações verbais).

As falas desses professores denotam uma concepção de avaliação tradicional cuja função se restringe ao sentido de medida, na obtenção de resultado final. A concepção tecnicista da avaliação promoveu a ampliação de uma cultura de testes e medidas na educação. Nessa abordagem, evidencia-se o rendimento com base nos objetivos comportamentais, no sentido de medida, separando o processo de ensino de seu resultado. De acordo com Chueiri (2008, p. 56), “[...] a ideia de avaliar, não só para medir mudanças comportamentais, mas também a aprendizagem, portanto para quantificar resultados, encontra-se apoiada na racionalidade instrumental preconizada pelo positivismo.”

Enquanto outros salientam a importância do feedback no processo avaliativo:

E1: Não é um simples mecanismo de pontuar meramente o aluno e sim dar um feedback daquilo que ele conseguiu realmente aprender em termos de conhecimento do que foi assimilado no final do processo.

E4: Avaliação da aprendizagem ela diz respeito aos diversos processos que o docente tem em mãos pra aferir, pra fazer as verificações, trazer o feedback do aprendizado daquela matéria, daquele assunto proposto ali ao aluno.

E6: A avaliação da aprendizagem é um processo que visa coletar o feedback entre aquilo que foi construído em uma sala de aula ou no grupo de pessoas [...] (informações verbais).

É relevante salientar que o *feedback* na avaliação permite ao aluno refletir sobre suas forças e fragilidades e fornece ao professor dados para que este possa repensar e replanejar sua atuação pedagógica, visando aperfeiçoá-la, a fim de que seus

alunos obtenham mais sucesso na aprendizagem. Assim, o *feedback* permite obter informações e tecer recomendações ao aluno, tanto pelo professor quanto por seus pares sobre o seu desempenho, fundamentadas nos resultados de sua avaliação, as quais devem ser replanejadas para auxiliar o aluno a melhorar seu desempenho.

Dessa forma, ser professor, hoje, pressupõe uma

[...] formação permanente, contínua, especializada e em ação. Este perfil de formação inacabado traz consigo novas formas de trabalhar em equipe, de ser proativo, de identificar as próprias necessidades de formação e os meios para consegui-la, de usar novas tecnologias e assumir riscos. (SILVA; SCAPIN, 2011, p. 547).

Uma avaliação a favor do aluno dinamiza oportunidades de reflexão e demanda um acompanhamento constante do professor, sugerindo sempre ao aluno novas questões e novos desafios (HOFFMANN, 2006). Assim, a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo como acontece hoje e passa a representar a busca incessante pela compreensão das dificuldades do educando e a dinamização de novas oportunidades de conhecimento. Logo,

[...] o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidades de o aluno, refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdade [...] Tornando-os críticos e participativos, inseridos no seu contexto social e político. (HOFFMANN, 2006, p. 20-21).

Ao serem indagados sobre a importância da avaliação no processo de aprendizagem, todos foram unânimes quanto à sua relevância. Para E1 e E6, a importância está no fato de permitir ao professor refletir sobre o seu trabalho e acompanhar a aquisição do conhecimento mediante o desempenho do aluno, e E7, de maneira implícita, também deixa transparecer essa mesma visão.

E1: Do ponto de vista do professor é um momento alto de reflexão acerca do trabalho que foi realizado, da forma como o conhecimento foi transmitido e se realmente aquilo foi um trabalho bem feito [...] E, do ponto de vista do aluno, é um momento de constatar de fato se [...] parte daquilo que foi mostrado, foi posicionado em sala de aula ficou [...]

E6: [...] a avaliação permite que o professor tenha a oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica na medida em que ele consegue identificar onde ocorreram falhas nesse processo [...] e também construir novas metodologias pra melhorar esse processo.

E7: É essencial tanto para o aluno quanto para o professor. Para o aluno, pois permite constatar se houve aprendizado, o grau de aprendizado adquirido e até mesmo a mudança de comportamento após o conteúdo trabalhado. E para o professor, já que permite avaliar, com base no desempenho dos alunos, a validade de metodologias de ensino empregadas nas aulas e até mesmo do método de avaliação. (informações verbais).

Já E2 e E5 reconhecem a importância da avaliação pelo fato de ela permitir detectar as falhas e dificuldades do aluno no processo ensino-aprendizagem.

E2: [...] a importância, é que através da mensuração do conhecimento agregado pelo aluno, o educandário, a instituição poderá reavaliar seus métodos de ensino, identificando ali alguma deficiência que tenha ocorrido na metodologia para passar o conhecimento para o aluno [...]

E5: [...] a importância dessa avaliação é realmente verificar se o aluno teve/ficou com alguma dificuldade durante o processo de aprendizado, é planejar ações para poder sanar essas dificuldades. (informações verbais).

Os demais, E3, E4 e E8, percebem sua relevância por possibilitar a verificação da mudança de comportamento do aluno em relação ao ensino, ao resultado, porém, de certa forma, excluem-se do processo avaliativo.

E3: A importância maior é a oportunidade de propor novas técnicas de ensino, caso a construção do conhecimento não tenha sido eficaz.

E4: [...] é importante verificar se [...] ocorreu nesse processo de aprendizagem, a mudança de comportamento [...], então verificar se aluno realmente assimilou e mudou seu comportamento diante dessa expectativa de receber novos conhecimentos [...]

E8: É de grande importância para obter o resultado do que inicialmente foi proposto, importância nos planos de curso e de aula. (informações verbais).

Analisando os fragmentos das falas dos entrevistados verifica-se que para a maioria (cinco deles) a avaliação da aprendizagem é de suma importância tanto para os discentes quanto para os professores. Entretanto, os docentes não deixam transparecer a questão da relação entre o ensino e a aprendizagem, ou seja, a mediação no processo de avaliação, ideia defendida por Freire (2005) e Hoffmann (2003).

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente

porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. (FREIRE, 2005, p. 10).

Em relação aos instrumentos utilizados atualmente pela academia militar na avaliação da aprendizagem, a maioria dos professores assegura que estes se baseiam na concepção tradicional.

E2: [...] acredito que a metodologia aplicada na avaliação da aprendizagem na Polícia Militar é a tradicional mesmo, onde se aplica uma prova, muitas vezes com questões objetivas e discursivas [...]

E3: O processo de avaliação da Polícia Militar ainda é tradicional, que nos remonta à pedagogia tradicional, ou seja, ela feita ainda através de questões escritas, é onde busca-se a mensuração do conhecimento tratado nas aulas.

E4: [...] no nosso meio militar, o meio utilizado ainda tem uma característica tradicional, através das avaliações, dos testes, sejam eles teóricos ou práticos, mas ainda com característica bem tradicional [...]

E5: [...] está sendo utilizada é a avaliação somativa, simplesmente de classificar o aluno [...]

E6: [...] tradicional baseada na quantificação e na classificação dos participantes do processo [...] a orientação que se tem, por exemplo, é que sejam construídas provas de múltipla escolha até pra que se dificulte [...] pra se evitar reclamações do tipo de interpretação de professores com relação a respostas dos alunos [...]

E8: [...] basicamente provas de múltipla escolha. (informações verbais).

Entretanto, dois professores (E1 e E7) sinalizam que alguns docentes desenvolvem atividades que caracterizam práticas mais inovadoras.

E1: [...] em relação a algumas ideias mais inovadoras, alguns professores ousam montar uns trabalhos mais selecionados [...] alguma experiência a mais do ponto de vista da andragogia do ensino dos adultos, mas a grande maioria é bem tradicional.

E7: Nos cursos da 103ª as disciplinas dividem-se em práticas e teóricas. Nas disciplinas práticas as avaliações são realizadas em atividades simuladas na maioria das vezes, mas existem variações, de acordo com o conteúdo da disciplina prática. Já as dis-

ciplinas teóricas, as avaliações são mediante provas e trabalhos. Nas provas prevalecem as questões de múltipla escolha, já os trabalhos, aqueles realizados em grupo, compostos de uma parte escrita e outras na forma de seminário. (informações verbais).

Tais respostas colocam em discussão as funções atuais da avaliação: a formativa e a somativa, que não são diferentes em relação à qualidade, apenas têm objetivos diferentes. Observa-se na fala de E5 que ele foi categórico ao afirmar que no processo de avaliação da aprendizagem na Polícia Militar está sendo utilizada a avaliação somativa, por força de comando normativo. Percebe-se que a função formativa da avaliação é desconsiderada, já que os demais entrevistados também retratam que a avaliação da aprendizagem na Corporação é tradicional, baseada na quantificação e na classificação dos participantes no processo.

Perrenoud (1999, p. 143) define a avaliação formativa como “[...] um dos componentes de um dispositivo de individualização dos percursos de formação e de diferenciação das intervenções e dos enquadramentos pedagógicos.” Hoffman (2003, p. 20-21) amplia essa ideia quando diz que:

[...] uma prática avaliativa direcionada ao futuro, não tem por objetivo reunir informações para justificar ou explicar uma etapa de aprendizagem, mas acompanhar com atenção e seriedade todas as etapas vividas pelo estudante para ajustar, no decorrer de todo o processo, estratégias pedagógicas. Visa, portanto, ao encaminhamento de alternativas de solução e melhoria do “objeto avaliado”.

Fernandes e Freitas (2007) salientam também que a avaliação formativa acontece ao longo do processo, a fim de reorientá-lo, e a avaliação somativa acontece no final do processo com o objetivo de verificar o resultado deste. O que poderá diferenciar essas avaliações é a concepção do processo educativo e avaliativo no qual elas serão inseridas. Os autores consideram a avaliação classificatória, muitas vezes, como um fator de exclusão escolar e acreditam que “[...] é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.” (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 20).

Avaliar, nessa abordagem, é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, em um acompanhamento constante do professor, propiciando ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando pessoas críticas e participativas na construção de verdades formuladas e reformuladas (HOFFMANN, 2003, p. 37).

Quando perguntado aos professores o que se deve considerar no processo de avaliação da aprendizagem, a maioria (cinco deles) expressa ser importante acompanhar os conteúdos assimilados pelo aluno no processo de ensino:

E1: [...] o professor deve levar em consideração aquilo que o aluno conseguiu agregar [...] que conseguiu assimilar e julgar com o conhecimento que ele tem [...] acho que a grande sacada é o aluno conseguir no final do processo de avaliação ter um feedback daquilo que aprendeu e conseguiu agregar ao seu conhecimento [...]

E4: O professor tem que instigar no aluno essa mudança de comportamento [...] verificar não somente a questão da aprovação do aluno, questão de média, [...] mas realmente se o aluno assimilou, se ele aprendeu, se ele vai levar aquele conhecimento pra vida dele, seja ela pessoal ou profissional [...]

E5: [...] ele deve verificar primeiro quais são as dificuldades que o aluno está tendo, é fazer ações para poder sanar essas dificuldades e tentar trazer o aluno pra dentro desse aprendizado.

E6: Creio que o ideal fosse considerar a evolução do aluno durante um determinado processo de ensino-aprendizagem [...] Através de uma avaliação diagnóstica pra coletar os conhecimentos que esse aluno chega com ele e posteriormente após o processo de ensino e aprendizagem ele poderia ser submetido a uma nova avaliação e se mensurar aquela evolução que ele obteve naquele período [...]

E7: Uma série de questões devem ser levadas em consideração, tanto em relação à forma de avaliar e no que avaliar. A avaliação não pode ser concebida como um fim em si mesmo, mas como uma das etapas no processo de ensino-aprendizagem [...] no ensino policial deve se priorizar conteúdos conceituais, verificando mudanças de comportamento do aluno após o conteúdo trabalhado. (informações verbais).

As falas demonstram a atenção no que se sabe, deixando em segundo plano a qualidade da aprendizagem. Entende-se que no processo avaliativo para proporcionar a melhoria da aprendizagem não é suficiente evidenciar notas, mas acompanhar todo o processo, incluindo os resultados, para tomar decisões e atitudes que proporcionem aos alunos a “[...] oportunidade de desenvolver, no maior grau possível, todas suas capacidades.” (ZABALA, 1998, p. 197).

Já os fragmentos das falas de três professores evidenciam a avaliação da aprendizagem como produto do ensino ministrado pelo docente.

E2: [...] ele deve levar em conta o conteúdo que foi passado para o aluno em sala de aula, deve levar em conta, também, a percepção daquele aluno em relação ao conteúdo que foi mi-

nistrado a ele, o entendimento de mundo que esse aluno tem e, muitas vezes [...] levar em consideração alguns aspectos que tenha influência naquela resposta produzida pelo aluno.

E3: [...] deve levar em consideração na avaliação da aprendizagem se realmente o que ele está cobrando na avaliação se foi trabalhado na sala de aula com seus alunos.

E8: [...] Conteúdo proposto ministrado. (informações verbais).

Nas falas supracitadas, os professores demonstram pouco conhecimento quanto aos aspectos a serem considerados no processo avaliativo, opiniões que divergem de uma avaliação da aprendizagem sustentada na lógica da inclusão, da ajuda, do diálogo e da reflexão, defendida pelos estudiosos do tema como Zabala (1998), Luckesi (1999), Perrenoud (1999), Hoffman (2003), Moretto (2002), Fernandes e Freitas (2007), Freire (2005). Essas opiniões contrapõem a inflexibilidade contida no Regimento da APM e as alterações contidas no Ofício Circular n. 02, os quais preveem que a forma como deve ser avaliada a aprendizagem nos cursos da PMMG não se fundamenta nas concepções modernas referentes ao tema. Observadas as peculiaridades da Instituição, a imposição de limitação da quantidade de provas e trabalhos, bem como a imposição da prevalência de questões objetivas nas provas, deve-se ao fato da padronização de comportamentos em todo o Estado e reduz a possibilidade de interposição de recursos de discentes insatisfeitos com o valor atribuído às notas obtidas.

Se por um lado existem tais benefícios, por outro, alicerçado nos recentes estudos produzidos sobre avaliação da aprendizagem, tal prática dificulta ao professor desenvolver uma avaliação mais formativa, que tenha como referência o estudante, analisando o seu esforço e competência no progresso alcançado ao longo do tempo, permitindo que o professor analise as possibilidades de aprendizagem de cada um e planeje as intervenções necessárias. Nesse sentido, o professor poderia registrar os dados coletados a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, refletindo quanto aos avanços e retrocessos, criando novas estratégias para melhoria do processo de aprendizagem do educando.

Por fim, em relação ao reconhecimento do prejuízo de uma avaliação mal conduzida, os professores reconhecem que isso prejudica os alunos, entretanto, não citam quais são os prejuízos. As falas enfatizam a má-elaboração de instrumentos avaliativos voltados à avaliação somativa e apenas E4 reconhece, de forma implícita, a importância da reflexão na avaliação da aprendizagem para enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

E1: A avaliação tem que ser direcionada a um propósito que é mais voltado para o “decoreba”, da assimilação automatizada e muitas vezes não leva em consideração o raciocínio, a preparação para resolver problemas que é a nossa grande dificuldade do ensino tradicional [...] e sim saber trazer novas respostas, quebrar alguns paradigmas que nem sempre a coisa vem pronta. Então, assim, uma avaliação mal conduzida voltada para o decoreba ela tende a trazer prejuízo.

E2: Bom, acredito que sim, uma avaliação mal conduzida pode trazer prejuízos aos alunos, pois se ela levar em consideração apenas aquela resposta, digamos objetiva que está ali no papel pode ser que não leva em consideração outros conhecimentos de mundo que o aluno tem. Então, muitas vezes, a própria formulação, questionamento da questão é deficitária, não deixa de fato o aluno manifestar de uma forma mais abrangente seu ponto de vista. Com isso a escola no momento que ela classifica esses alunos através desses resultados pode ser que ele receba um conceito que não traduz realmente a valoração que esse aluno merecia.

E4: Com certeza! Se avaliação tende a ser superficial ou fora da realidade ela pode indicar [...] uma falsa sensação de sucesso nesse processo ensino-aprendizagem, [...] provoca ali uma espécie de uma maquiagem de camuflar uma situação pode o aluno tá sendo enganado e o próprio professor também [...] ai na hora de aplicar na prática o conhecimento é que a gente vai verificar essa falha [...] aquele que não aprendeu também é importante agente identificar *para saber onde foi a falha, pra melhorar, por que senão na hora da prática, na hora dele aplicar o conhecimento ai toda a instituição no caso da Polícia Militar ela vai sofrer desse prejuízo.*

E6: A primeira delas talvez seja o abalo psicológico que o aluno vai apresentar, uma vez que ele pode acreditar que não foi capaz de alcançar o objetivo proposto para aquele conteúdo e uma segunda perspectiva seria aquela em que [...] os alunos podem de fato não alcançar o objetivo estabelecido ficando mal preparados na sua formação [...]

E7: Com certeza. Uma avaliação mal conduzida pode apresentar-se como uma barreira intransponível para o aluno; tanto pode atrapalhar o seu desempenho na escola, como profissional, e até pessoal. (informações verbais, grifo nosso).

Fica evidenciado que a implicação de uma avaliação da aprendizagem mal conduzida, voltada apenas ao processo somativo, pode gerar inúmeros prejuízos para a formação dos discentes. Não se pode esquecer que construir boas provas requer do professor conhecimento atualizado e intenção de aprimoramento contínuo. A habilidade para formular bons instrumentos avaliativos se adquire com experiência e, principalmente, com a crítica construtiva de revisores. Saliencia-se a importância da

reflexão do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem para sanar ou minimizar os problemas de aprendizagem.

Evidencia-se, também, que uma avaliação classificatória, aquela desconectada do processo do conhecimento e realizada apenas no final da unidade de tempo ou do conteúdo, não permite a atuação do professor para superar as falhas que interferem na aprendizagem e no sucesso do aluno. As consequências são trágicas para aqueles que não obtêm a aprovação escolar, pois eles perdem, na maioria das vezes, a aprovação social e bem como a autoestima (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2002).

Contrapondo a essa visão, na atualidade, a avaliação da aprendizagem deve estar a serviço da ação, em que o professor atua como mediador da aprendizagem, e o aluno como construtor do seu próprio conhecimento (HOFFMANN, 2003). Dessa forma, a avaliação tradicional que, segundo os entrevistados, ainda impera na Corporação, limita o processo de aprendizagem do discente e dificulta ao professor desenvolver uma avaliação formativa. Em decorrência da obrigatoriedade, o docente deve aplicar provas e trabalhos limitados ao número de horas/aulas para cada disciplina dos cursos da PMMG, conforme estipulado no RAPM.

7 CONCLUSÃO

Dentro das novas concepções em torno do processo avaliativo, o docente assume papel fundamental, pois deixa de ser um mero expectador e passa a mediar ações que facilitem a aprendizagem, considerando o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem. Os estudos revelam que o professor que trabalha de forma interativa acompanha ao longo de todo o curso a participação e o desempenho de cada aluno.

Os professores investigados reconhecem a avaliação como um mecanismo essencial no processo educativo, porém, a maioria desenvolve uma avaliação tradicional, centrada em exames e provas periódicos, desconhecendo que a avaliação permite diagnosticar a aprendizagem no decorrer do processo, subsidiando com informações que possibilitam ao professor e ao aluno redefinirem ações que promovam o desenvolvimento do educando. A minoria dos investigados reconhece que na avaliação da aprendizagem da formação policial ou outra qualquer, o educador não deve consentir que os resultados dos exames periódicos, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico e formativo. A maioria entende também que a avaliação da aprendizagem somente se

concretizará se houver certa flexibilidade das normas, com maior autonomia para a tomada de decisões pelo professor.

O estudo permite concluir que os professores, apesar de contestarem a avaliação tradicional desenvolvida na APM, têm pouco conhecimento teórico e prático da avaliação da aprendizagem em uma abordagem formativa. Por isso, torna-se importante desenvolver ações que permitam a eles conhecer, experienciar e vivenciar a avaliação no sentido formativo sustentada nos princípios emancipatórios e democráticos que ocorre de forma interativa, compartilhada e dialógica, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia dos educandos. Enfim, transformar a avaliação consistirá também em modificar o ensino, as relações pedagógicas e a Instituição educativa, como um todo.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CHUERIRI, S. F. Concepções sobre avaliação escolar. In: CHUERIRI, S. F. **Estudos em avaliação educacional**, v. 19 n. 39, jan./abril, 2008.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERNANDES, C. O.; FREITAS, L. C. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FERNANDES, R.; STRIEDER, R. Avaliação: revendo ações e conceitos. **Unoesc & Ciência**, v. 1, n. 2, p. 121-130, mar. 2011. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/562/pdf_71>. Acesso em: 17 jan. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1988.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAS GERAIS. **Ofício circular n. 02**, de 25 de abril de 2012. Processo de avaliação de EPM. Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 26 abr. 2012a.

MINAS GERAIS. **Resolução n. 4084**, de 11 de Maio de 2010. Homologa o Regimento da Academia de Polícia Militar (RAPM) da PMMG e dá outras providências. Belo Horizonte, 12 maio 2010.

MINAS GERAIS. **Resolução n. 4.210**, de 23 de abril de 2012. Aprova as Diretrizes da Educação da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, 24 abr. 2012b.

MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado ou um acerto de contas**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, R. H. A.; SCAPIN, L. T. Utilização da avaliação formativa para a implementação da problematização como método ativo de ensino-aprendizagem. **Est. Aval. Educ.**, v. 22, n. 50, p. 537-552, 2011.

VEIGA, I. P. A.; D'AVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2008.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em 26 de agosto de 2013

Aceito em 29 de julho de 2014